



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria de Logística e Transportes

UNIDADE: Desenvolvimento Rodoviário S/A – DERSA

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Atas de conselho de administração. Indicação de meio para consulta aos documentos digitalizados. Possibilidade de consulta in loco aos documentos. Negado provimento.

DECISÃO OGE/LAI nº 140/2018

1. Tratam os presentes autos de pedido formulado à Desenvolvimento Rodoviário S/A – DERSA, número SIC em epígrafe, para acesso às atas do Conselho de Administração de 2010 a 2018.
2. Em resposta, o ente indicou a página da Junta Comercial do Estado de São Paulo para a consulta dos documentos digitalizados. Em recurso, assinado pelo Secretário de Estado e Presidente da Companhia, manteve-se a resposta inicial, facultando-se ainda a consulta aos documentos físicos no SIC, em sua sede. Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente recurso, cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015, querendo o envio direto dos documentos.
3. Da análise dos autos, percebe-se não haver negativa de acesso à informação. Constata-se ter sido indicado o caminho para consulta junto ao portal da Junta Comercial do Estado de São Paulo, que possui via digital dos documentos requeridos em transparência ativa, conforme previsão do artigo 11, §6º, da LAI, procedimento que desonera da obrigação de seu fornecimento direto.
4. Em complementação à resposta inicial, mostra-se elogiável a iniciativa da resposta recursal, que ofereceu também a possibilidade de consulta às vias físicas dos documentos, comunicando-se local e modo para tanto, conforme previsão do inciso I do §1º do artigo 11 da Lei.
5. Ante o exposto, tendo o ente fornecido meios pelos quais o interessado pode realizar consulta direta às informações almejadas em meios de transparência




GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

ativa, e oferecendo a consulta à versão física aos documentos, **conheço do recurso** para, no mérito, **negar-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, caput, §1º, inciso I, e 6º da Lei nº 12.527/2011, descaracterizadas as hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto Estadual nº 58.052/2012.

6. Publique-se no sistema eletrônico do SIC, para ciência dos interessados. Na ausência de nova manifestação em 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 24 de abril de 2018.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO

MKL